

Resenha do livro COLIVA, Annalisa. *The Varieties of Self-Knowledge*. London: Palgrave Macmillan, 2016. pp.288.

Jean Machado Senhorinho
Mestrando em Filosofia pela
UFSM
jeansenhorinho@gmail.com

Na obra *The Varieties of Self-Knowledge*, de maneira inovadora, Annalisa Coliva explora as soluções mais eminentes para o problema filosófico sobre a possibilidade de conhecimento dos nossos próprios estados mentais – sensações, percepções, crenças, emoções etc. –, o qual a autora reconhece como o problema do autoconhecimento¹. A principal inovação do livro de Coliva está na sua abordagem pluralista que, em vez de sustentar apenas um método para o autoconhecimento de todos os estados mentais, acolhe uma variedade de métodos cujos sucessos variam a depender do estado mental em questão. No último capítulo do trabalho, a autora conjuga o seu pluralismo ao defender que essa variedade de métodos supre o problema do autoconhecimento manifesto em relação a uma variedade de estados mentais. Há, nesse sentido, a defesa da relação complementar desses métodos em vez da insistência na exclusividade de um método sobre os demais.

Para cada estado mental, a autora argumenta que há métodos de autoconhecimento que são mais ou menos plausíveis que os demais. Cada um desses métodos, em outras palavras, possui no máximo um sucesso parcial ao lidar com a dificuldade abrangente sobre a nossa possibilidade de conhecermos os nossos próprios estados mentais. Para uma abordagem monista, essa dificuldade de generalização plausível conduz ao impasse que leva o método considerado, ou a ser abandonado dada a sua insuficiência de abarcar todos estados mentais pertinentes, ou a ser distendido para que possa abranger outros estados mentais que escapam à sua proficiência – o que, por conseguinte, leva a uma resposta deficiente para o problema do autoconhecimento. Essas consequências desvantajosas não ocorrem com a abordagem pluralista de Coliva. O pluralismo permite que um método seja aproveitado para responder uma parte do problema amplo do autoconhecimento – i.e. o problema acerca da possibilidade de conhecermos os nossos próprios estados mentais – sem que, no

ISSN 2359-5140 (Online)
Ipseitas, São Carlos, vol.4,
n.1, p. 193-199, jan-jul,
2018

1 Noto que essa é uma delimitação do problema do autoconhecimento menos ampla do que aquela preconizada pelo *dictum* socrático “Conhece a ti mesmo”. A esse respeito, em *Self-Knowledge for Humans* (2014), Quassim Cassam critica a ausência nas discussões filosóficas contemporâneas do que ele denomina como o problema do “autoconhecimento substancial” – e.g. conhecer o próprio caráter; conhecer os próprios valores; conhecer as condições para a própria felicidade; conhecer as próprias emoções –, tal como Sócrates havia colocado. Cassam alega, de maneira provocativa, que a epistemologia contemporânea não trabalha com o autoconhecimento caro para humanos em geral, mas apenas aquele caro para os filósofos. Considerada a dureza da sua crítica, o autor parece exagerar ao não conceder que a discussão contemporânea sobre o autoconhecimento, embora um tanto técnica, ainda assim, oferece *insights* a respeito das condições de satisfação e de frustração do dito “autoconhecimento substancial”.

entanto, esse método necessita da capacidade de ser útil para todos os estados mentais pertinentes para a teoria do autoconhecimento. Assim, por exemplo, um método adequado apenas para o autoconhecimento de percepções cabe em uma teoria pluralista, apesar de não ser apropriado para outros estados mentais.

No contexto do debate sobre o autoconhecimento de estados mentais, assim, o pluralismo assumido pela autora desafia a predominância das propostas teóricas assentadas em uma atitude monista, que expressa uma aspiração pela generalização de um único modelo teórico para todos os estados mentais pertinentes ao problema do autoconhecimento. O desafio pluralista lançado pela obra de Coliva é significativo porque enseja uma suspeita de que a insistência no monismo pode minar uma proposta de solução satisfatória para a questão do autoconhecimento. Ampliado ao contexto filosófico em geral, esse desafio pode apontar para uma alternativa de abordagem para outros problemas filosóficos cujo o abandono do monismo explicativo possa ser revelado como proveitoso. O principal mérito do trabalho de Coliva consiste, justamente, na sua abordagem pluralista e na maneira como ela é caracterizada no decorrer do livro.

A obra da autora é integrada por oito capítulos – contando com a introdução – e mais um apêndice. Estes capítulos podem ser agrupados em quatro eixos principais: I. A apresentação da pluralidade dos estados mentais (cap.2); II. A defesa da assimetria de tipo – e não apenas de grau – entre os autoconhecimentos em primeira pessoa e em terceira pessoa (cap.3); III. A consideração dos méritos e das insuficiências de diversos modelos teóricos sobre o autoconhecimento (caps.4, 5, 6 e 7); IV. A conjugação do pluralismo do autoconhecimento ao aplicar os vários modelos teóricos em relação aos vários estados mentais apresentados na obra (cap.8).

No segundo capítulo, *Varieties of Mental States*, Coliva descreve e diferencia os vários estados mentais que nós entretemos – sensações, percepções, emoções, atitudes proposicionais como compromissos e como disposições. Coliva apresenta todos esses estados mentais de maneira não redutiva e sensível às suas peculiaridades. A partir dessa apresentação, a autora mostra que a singularidade desses estados mentais demanda modelos teóricos específicos para cada um desses estados mentais. Essa é a marca do pluralismo metodológico de Coliva. Não há um único método de autoconhecimento, porque cada estado mental difere dos demais em sentidos significativos. Em especial, para fins ilustrativos, gostaria de destacar a maneira como a autora aborda a natureza das emoções.

Fazendo jus ao seu pluralismo, Coliva não reduz as emoções a outros estados mentais como costuma ser o processo de praxe em

alguns dos modelos teóricos mais eminentes sobre emoções. Primeiramente, a autora apresenta e argumenta sobre alguns desses modelos reducionistas, para então aderir ao entendimento de que emoções são estados mentais *sui generis*. Contudo, como não corresponde ao propósito principal da sua obra, a autora não desenvolve com mais profundidade essa sua digressão, ainda incipiente, sobre a natureza das emoções. Nesse sentido, para fins de complemento, a obra *The Emotions* (2000), de Peter Goldie, pode servir como um aporte mais detalhado para a constituição de uma defesa da natureza *sui generis* das emoções.

No capítulo seguinte, *Varieties of Self-Knowledge*, há o detalhamento de dois tipos de autoconhecimento que Coliva apresenta na introdução. Logo no primeiro parágrafo da seção introdutória, a autora distingue dois tipos de (auto)conhecimento que podemos apresentar sobre os nossos próprios estados mentais: o de primeira pessoa e o de terceira pessoa.

O conhecimento de primeira pessoa ocorre quando estamos, imediatamente, conscientes de um certo estado mental. Como a autora espera mostrar na sua exposição, esse dito autoconhecimento em primeira pessoa, não apresenta uma relação epistêmica efetiva entre um sujeito e uma proposição ou um estado de coisas. Coliva argumenta que os casos alegados como autoconhecimento em primeira pessoa não envolvem um ganho cognitivo substancial – mas apenas autoexpressões. Esse é o aspecto constitutivista marcante da proposta de Coliva – i.e. não considerar o dito autoconhecimento em primeira pessoa como epistêmico. Por outro lado, a autora entende que o conhecimento de terceira pessoa exige alguma mediação epistêmica – e.g. a reflexão sobre o comportamento ou a inferência de uma causa provável – para que um dado estado mental seja, de fato, descoberto. A filósofa entende que o autoconhecimento em terceira pessoa, por sua vez, revela uma conquista epistêmica genuína. Nesse sentido, a consideração pluralista de Coliva também auxilia a prevenir que a discussão do autoconhecimento seja engessada em um expressivismo ou constitutivismo absoluto.

Ainda nesse capítulo, notavelmente, a autora apresenta três aspectos necessários e a priori do autoconhecimento em primeira pessoa: a ausência de fundamento (*groundlessness*), a transparência (*transparency*) e a autoridade (*authority*). Esses critérios são apresentados em uma variante fraca e outra forte. Ao longo dos próximos capítulos, Coliva emprega esses três critérios como auxiliares na caracterização das teorias sobre o autoconhecimento.

Na sua versão fraca, o primeiro aspecto aceita alguma base epistemológica para o autoconhecimento em primeira pessoa, mas dis-

pensa que a fundação seja observacional ou inferencial – i.e. epistemologicamente robusta. Já a versão forte, por outro lado, abandona qualquer pretensão por uma base epistemológica para esse suposto autoconhecimento, mesmo a erigida sobre a consciência prévia dos próprios estados mentais. Coliva argumenta a favor dessa versão forte de *groundlessness*.

A versão fraca do segundo aspecto, “transparência”, corresponde à concepção de que a ciência de um certo estado surge tão logo este estado se apresenta para um sujeito – i.e. assim que a dor se torna saliente fenomenologicamente para um sujeito, ele acredita e/ou julga tê-la. Em outras palavras, o estado mental é “transparente” para o sujeito que o apresenta. A versão forte de “transparência”, a respeito do que está declarado pela versão fraca, acrescenta algumas condições para que o indivíduo julgue ou acredite – ou ambos – que tem um determinado estado mental. Essas condições são: a posse dos conceitos relevantes; um bom funcionamento cognitivo; um estado de alerta e de atenção. Exclui-se os estados mentais, puramente, inconscientes e disposicionais. A autora também argumenta a favor dessa variante forte.

Por fim, o terceiro aspecto perfaz a ideia de que um sujeito possui “autoridade” – sabe melhor – para dizer ou julgar sobre a presença dos seus próprios estados mentais. A versão fraca dispõe que se alguém julga ou acredita ter um estado mental M – a exceção de estados disposicionais e outros elementos disposicionais –, e satisfaz algumas condições – posse de conceitos, bom funcionamento cognitivo, estado de alerta e de atenção –, este alguém possui, usualmente, o estado mental M. Por sua vez, a variante forte apenas substitui “usualmente” por “sempre”.

No quarto capítulo, *Epistemically Robust Accounts*, três classes de teorias consideradas como epistemologicamente robustas são apresentadas: a teoria do sentido interno (Armstrong e Lycan), a teoria inferencial (Gopnik e Cassam) e a teoria simulacional (Goldman e Gordon).

A primeira classe de teorias favorece uma comparação do autoconhecimento a formas de conhecimento baseados na observação externa, quando concebe uma espécie de observação interna dos sujeitos sobre os seus próprios estados mentais. As versões apresentadas por Coliva reivindicam a presença de um mecanismo interno confiável que “escaneia” os estados mentais de primeira ordem e produz os correspondentes de segunda ordem. A crítica da autora às teorias do sentido interno consiste, em geral, no apontamento de uma suposta ruptura entre o autoconhecimento e a racionalidade.

De uma maneira resumida, as teorias agrupadas na segunda classe

compartilham a concepção de que o autoconhecimento dos estados mentais é resultante de um processo inferencial. A autora aponta para o risco da teoria de Gopnik colapsar em um *behaviourismo* cru ou em pressupor o mesmo conhecimento que elas se propõem a explicar. No caso da teoria de Cassam, embora ela caiba na sua proposta pluralista, Coliva busca demonstrar as suas insuficiências em alguns casos – o que frustraria as pretensões generalistas do autor.

Por fim, a terceira classe de teorias compreende que o conhecimento dos estados mentais de outras pessoas pode ser adquirido pela simulação da perspectiva dessas pessoas. Contudo, ressalva a autora, elas são inconclusivas sobre como alguém pode conhecer os seus próprios estados mentais. Mesmo com as limitações do inferencialismo e simulacionismo, Coliva nota que estes são métodos relevantes para o autoconhecimento de terceira pessoa. O método inferencial é útil no conhecimento de disposições cristalizadas em um sujeito, enquanto o método simulacional auxilia no autoconhecimento a respeito de estados mentais futuros – e.g. “Como eu me sentirei amanhã diante da situação X”.

Na sequência, o quinto capítulo, *Epistemically Weak Accounts*, contém a exposição de explicações do autoconhecimento que possuem fundo epistêmico, mas que evitam se comprometer com a ideia de que o autoconhecimento dos próprios estados mentais corresponde a uma forma robusta de conquista cognitiva escorada em observação interna ou inferência. No entanto, os três principais modelos apresentados – de Peacocke, de Burge e de Evans – apresentam características bastante diversas. Entre esses modelos, o método de transparência elaborado por Evans é destacável como legítimo para explicar o autoconhecimento de certos estados mentais. De acordo com tal método, o conhecimento das próprias crenças, enquanto compromissos, não advém de um olhar “voltado para dentro”, mas de um olhar voltado para fora. Por exemplo, para alguém saber se acredita que vai chover, este alguém precisa apenas observar o céu. Dentro da abordagem pluralista de Coliva, embora seja um tanto restrito, o método de Evans encontra um espaço relevante para preencher. Os modelos de Burge e Peacocke, por outro lado, são dispensados após a avaliação da autora.

No sexto capítulo, *Expressivism About Self-knowledge*, a autora oferece também um viés não-epistemológico para a questão do autoconhecimento ao apresentar o modelo expressivista. Em sua origem, este modelo deriva dos trabalhos de Wittgenstein, sobretudo das *Investigações Filosóficas* e das *Notas sobre a Filosofia da Psicologia*. O cerne da proposta expressivista consiste na defesa de que as autoatribuições psicológicas são expressões – e não descrições – dos

estados mentais correntes. Por exemplo, uma autoatribuição como “Eu estou com dor” corresponde, assim, apenas a uma sofisticação de “Ai!” e “Que dor!”. Essa autoatribuição é apenas uma maneira diferente de expressão da dor e não um indicador de algum mérito cognitivo atinente ao conhecimento – e.g. quando alguém alega estar com dor, em casos normais, aceita-se isso de maneira indubitável, porque não se trata de uma questão de acesso epistemológico, mas de autoexpressão. Em outras palavras, há uma autoridade fortíssima no expressivismo que, todavia, não deriva de nenhuma posição epistemológica privilegiada. O expressivismo funciona com algum êxito para o autoconhecimento em primeira pessoa, tal como descrito por Coliva, de certos estados mentais no presente. Ainda neste capítulo, a autora explora o neoexpressionismo de Bar-On, o qual busca uma tentativa de credenciamento epistemológico a partir da revisão do expressivismo.

No capítulo seguinte, *Constitutive Theories*, quatro teorias constitutivas do autoconhecimento são apresentadas por Coliva. Junto às teorias de Shoemaker, Wright e Bilgrami, a autora também oferece uma versão constitutivista própria. A apresentação do expressivismo no capítulo anterior, pela sua afinidade com o constitutivismo, se revela oportuna como uma espécie de prévia. Assim como as versões expressivistas, as teorias constitutivas não consideram o autoconhecimento de primeira pessoa como uma conquista epistemológica. Neste capítulo, por conseguinte, torna-se ainda mais claro por que Coliva distingue os autoconhecimentos de primeira pessoa e de terceira pessoa.

As posições constitutivistas possuem uma tese principal compartilhada e duas teses auxiliares variáveis. A intensidade do constitutivismo varia conforme os níveis de adesão a essas teses auxiliares: a nenhuma delas (mais fraca); a apenas uma delas; ambas teses (mais forte). A tese principal é a de que autoconhecimento não envolve conhecimento (epistemologia) dos estados mentais. A primeira tese auxiliar diz que estados mentais de primeira ordem e de segunda ordem não são existências separadas. Por sua vez, a segunda declara que, em algum nível, autoatribuições levam a, ou constituem, os estados mentais de primeira ordem de alguém. Todos os constitutivistas também concordam, embora com diferenças, que o seguinte esquema (tese) é uma verdade conceitual a priori: Dado C, alguém acredita/deseja/intenciona que P/ para ϕ se e somente se alguém acredita (ou julga) que alguém acredita/deseja/intenciona que P/ para ϕ .

O último capítulo, *Pluralism about Self-knowledge*, é o espaço de conjugação da proposta pluralista de Coliva. Após considerar essas diversas teorias sobre autoconhecimento, epistemológicas e não-epistemológicas, a filósofa sintetiza os resultados das suas discussões e

os aplica em relação aos estados mentais abordados pelo livro. Com isso, para cada tipo de estado mental, torna-se evidente qual tipo de autoconhecimento está em questão – de primeira ou de terceira pessoa. A partir dessa evidência, a autora assinala e explica os métodos de autoconhecimento que se revelam mais oportunos para cada tipo de estado mental. Por fim, antes de finalizar a obra, Coliva ainda oferece um instrutivo apêndice sobre o Paradoxo de Moore – i.e. “P, mas eu não acredito que P” ou “Eu acredito que P, mas não é o caso que P” –, no qual a sua diferenciação preliminar de atitudes proposicionais como disposições e comprometer-se se revela uma ferramenta importante para o tratamento do aparente paradoxo.

A breve exposição dos conteúdos dos capítulos do livro torna evidente outro motivo pelo qual a sua leitura é recomendável. Embora densa e bastante exigente em algumas seções, este livro possibilita uma apreensão básica dos vários problemas e modelos teóricos envolvidos na discussão sobre o autoconhecimento. Essa visão panorâmica trazida pelo livro também permite, ao menos, um vislumbre da complexidade dessa discussão. Ademais, os aprofundamentos executados por Coliva em suas áreas de maior domínio – teorias constitutivistas, Paradoxo de Moore etc. – também indicam zonas férteis para o público já iniciado na discussão sobre autoconhecimento. Embora, em contrapartida, para evitar muitos desvios de trajetória, a autora negligencie alguns convites ao aprofundamento teórico – o que pode gerar descontentamento. Em síntese, apesar de eventuais lacunas, *The Varieties of Self-Knowledge* cumpre o seu desígnio ao oferecer uma abordagem pluralista plausível sobre o autoconhecimento dos nossos vários estados mentais – uma tarefa por si só bastante valiosa, visto que exige um domínio considerável sobre os vários pontos caros à discussão do autoconhecimento.

Referências

CASSIM, QASSAM. **Self-Knowledge for Humans**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

GOLDIE, Peter. **The Emotions: A Philosophical Exploration**. New York: Oxford University Press, 2000.